



MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO
SUBSECRETARIA DE INSPEÇÃO DO TRABALHO
DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO PARA ERRADICAÇÃO DO TRABALHO ESCRAVO
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO DO RIO DE JANEIRO – SRT/RJ
PROJETO DE COMBATE AO TRABALHO ESCRAVO DA SRT/RJ

RELATÓRIO DE FISCALIZAÇÃO (SEM CARACTERIZAÇÃO DE TRABALHO ESCRAVO DOMÉSTICO)

EMPREGADORES

CPF :



PERÍODO DA AÇÃO: Agosto a Outubro de 2022

LOCAL:

ATIVIDADE PRINCIPAL: Serviços Domésticos – CNAE 9700-5/00

ÍNDICE

A) EQUIPE.....	02
B) IDENTIFICAÇÃO DO EMPREGADOR	02
C) DADOS GERAIS DA OPERAÇÃO	02
D) RELAÇÃO DE AUTOS DE INFRAÇÃO LAVRADOS	04
E) DA AÇÃO FISCAL.....	04
I) ANEXOS.....	07

- 1. Mandado Judicial para acesso à residência;**
- 2. Denúncia do Sistema Ipê**
- 3. Notificação para apresentação de documentos;**
- 4. CTPS assinada e outros documentos.**

A) EQUIPE

AUDITORES FISCAIS DO TRABALHO

MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO

B) IDENTIFICAÇÃO DO EMPREGADOR

Empregadora:	
CPF:	
Endereço do local objeto da ação fiscal (residência):	
Endereço para Correspondência: o mesmo da ação fiscal	

C) DADOS GERAIS DA OPERAÇÃO

EMPREGADOS ALCANÇADOS Homens: 00 Mulheres: 01 Menores: 00	01
EMPREGADOS REGISTRADOS SOB AÇÃO FISCAL Homens: 00 Mulheres: 00 Menores: 00	00
TOTAL DE TRABALHADORES RESGATADOS	00
NÚMERO DE MULHERES RESGATADAS	00
NÚMERO DE MENORES RESGATADOS	00
NÚMERO DE ESTRANGEIROS RESGATADOS	00
VALOR BRUTO RECEBIDO NA RESCISÃO	00
VALOR LÍQUIDO RECEBIDO NA RESCISÃO	00
FGTS MENSAL RECOLHIDO - NDFC	0
FGTS RESCISÓRIO RECOLHIDO	00
VALOR RECEBIDO - INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS (MPT)	00
VALOR DO DANO MORAL COLETIVO (MPT)	00

OBREIROS FORAM ENCAMINHADOS AO CREAS	00
NÚMERO DE AUTOS DE INFRAÇÃO LAVRADOS	00
TERMOS DE INTERDIÇÃO LAVRADOS	00
GUIAS DE SEGURO DESEMPREGO EMITIDAS	00
NÚMERO DE CTPS EMITIDAS	00

D) RELAÇÃO DE AUTOS DE INFRAÇÃO LAVRADOS: não houve

E) DA AÇÃO FISCAL.

Aos vinte e dois dias do mês de agosto de 2022, a equipe composta pelos Auditores Fiscais do Trabalho, [REDACTED] e pela Procuradora do Trabalho [REDACTED] acompanhados pelo agente de Segurança Institucional do Ministério Público do Trabalho, deu início à inspeção na residência localizada na Rua [REDACTED] [REDACTED] para apurar denúncia de submissão de uma trabalhadora doméstica a condições análogas à de escravas, recebida pelo Sistema Ipê, Protocolo nº 755311.

Por se tratar de inspeção em âmbito residencial, a diligência foi previamente autorizada pelo Juízo da 71ª Vara do Trabalho do Rio de Janeiro, por meio de decisão de tutela provisória cautelar antecedente, proferida nos autos da TutCautAnt 0100703-96.2022.5.01.0071

Ao chegarmos no prédio, fomos atendidos pelo porteiro que interfonou para a residência. A [REDACTED] inicialmente foi um pouco resistente em receber à fiscalização, mas, por fim, desceu e recebeu a equipe do lado de fora do prédio. A equipe explicou o motivo da fiscalização, informando da necessidade de conversar com eventuais empregados da residência.

A Sra [REDACTED] achou melhor chamar seu advogado, e a equipe guardou a chegada do mesmo. Na verdade, era o seu próprio filho, [REDACTED] que nos recebeu, também do lado de fora do prédio.

Após a equipe esclarecer a eles o motivo da fiscalização, foi permitido que duas pessoas da equipe adentrasse na residência para conversar com a empregada doméstica Sra [REDACTED]

Desse modo, nos deslocamos até a residência e a Auditora [REDACTED] a Procuradora [REDACTED] puderam conversar com a Sra [REDACTED]

Em conversa com a Sra [REDACTED] ela informou que conheceu a Sra [REDACTED] por intermédio de uma pessoa do prédio e que já trabalha na residência desde 1999 realizando os serviços domésticos da casa.

Informou que é natural de Minas Gerais e que tem uma filha que mora no Rio de Janeiro.

Informou que cumpre jornada de trabalho de segunda a sexta-feira das 8h Às 17h e que reside no apartamento de segunda a sexta no quarto de empregada; que normalmente vai para a casa da filha na sexta-feira e retorna ao trabalho na segunda-feira, que goza de intervalo para almoço das 12h às 13h; que sempre tira férias de 30 dias e viaja para Minas Gerais para visitar seus parentes; que a Sra [REDACTED] paga um plano de saúde da Amil para ela; que tem diabetes; que recebe R\$ 1380,00 de salário mensal; que sempre recebeu férias e décimo terceiro salário; que sua carteira de trabalho foi assinada em 01 de novembro de 1999 (conforme verificado na sua CTPS no dia da inspeção).

Durante a inspeção a Sra [REDACTED] nos levou até o quarto onde a Sra [REDACTED] dorme e tudo estava em perfeitas condições de moradia.

Por fim, a empregadora doméstica ficou notificada a apresentar o registro da admissão da trabalhadora no e-social, bem como recibos de pagamento de salário, recibo de pagamento de férias e décimo terceiro salário, comprovante de recolhimento do FGTS, contribuições previdências e seguro, controle de jornada dos três últimos meses.

Todos os documentos foram apresentados e após análise e pesquisas no sistema do FGTS não foram verificadas irregularidades.

Por fim, analisando o cenário e as informações colhidas, a equipe concluiu que não se trata de trabalho análogo ao de escravo sob nenhum olhar e tipificação de variável em relação a trabalhadora encontrada em plena atividade laboral.

Era o que tínhamos a relatar.

Rio de Janeiro, 13 de outubro de 2022

[REDACTED]

Auditor Fiscal do Trabalho – Equipe de Combate ao Trabalho Escravo da SRT/RJ

[REDACTED]

[REDACTED]

Auditora Fiscal do Trabalho – Equipe de Combate ao Trabalho Escravo da SRT/RJ CIF

[REDACTED]

[REDACTED]

Auditora Fiscal do Trabalho – Equipe de Combate ao Trabalho Escravo da SRT/RJ CIF

[REDACTED]